



Guia de referência para a construção e
execução do

PLANO DE ESTUDOS INDIVIDUAL - PEI

Saulo de Lima Bezerra
Ricardo de Andrade Araújo



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
SERTÃO PERNAMBUCANO – CAMPUS SALGUEIRO

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Guia de referência para a construção e execução do Plano de Estudos
Individual – PEI

Salgueiro, 2023

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
SERTÃO PERNAMBUCANO – CAMPUS SALGUEIRO

REITOR

MARIA LEOPOLDINA VERAS

DIRETOR GERAL DO CAMPUS SALGUEIRO

JOSENILDO FORTE DE BRITO

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

FRANCISCO KELSEN DE OLIVEIRA

**COORDENAÇÃO LOCAL DO MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

CRISTIANE AYALA DE OLIVEIRA

ELABORAÇÃO

SAULO DE LIMA BEZERRA

ORIENTAÇÃO

RICARDO DE ANDRADE ARAÚJO

REVISÃO

O AUTOR

Saulo de Lima Bezerra

Graduado em Tecnologia automática pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET), Especialista em redes de Computadores pela Escola Aberta do Brasil (ESASB) e mestrando em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão Pernambucano), Campus Salgueiro. É professor do Instituto Federal de educação, Ciência e tecnologia do Ceará - IFCE - Campus Cedro. Atua na área de Eletrônica e Ciência da Computação, com ênfase em Manutenção de Hardware e Redes de Computadores, Interação Humano Computador, Eletrônica e Design.

Curriculo Lattes

<http://lattes.cnpq.br/5482685367654261>

APRESENTAÇÃO

Prezado leitor,

Este manual se apresenta como um guia construído a partir dos dados obtidos através da pesquisa de mestrado intitulada “IMPACTO DO PLANO DE ESTUDO INDIVIDUAL NA APRENDIZAGEM DISCENTE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM ESTUDO DE CASO”. Desenvolvida sob a orientação do prof. Dr. Ricardo de Andrade Araújo e vinculada ao programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão Pernambucano).

Este material é a concretização do produto educacional, requisito parcial para a obtenção do título de mestre no curso supracitado. Todo conteúdo que será exposto foi organizado a partir dos estudos sobre o Plano de Estudos Individual (PEI) utilizado como forma de combate a retenção escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e todo público envolvido em seu processo seja discente, docente e equipe pedagógica do campus Cedro.

Todo conteúdo exposto foi dado ao conhecimento e avaliação da equipe de ensino do referido campus para que pudesse passar por seu crivo e vir incrustado das qualidades que poderão o tornar útil dentro do fazer pedagógico e das práticas de ensino da instituição.

Nosso objetivo com este produto é dar subsídios, informações e um norte para que os envolvidos na elaboração do PEI possam fazê-lo com excelência. Esperamos por fim estar contribuindo para melhorar as práticas docente-pedagógicas e prover qualidade de ensino no combate a retenção escolar utilizando o PEI.

Boa Leitura!

Saulo de Lima Bezerra
Ricardo de Andrade Araújo

1. INTRODUÇÃO	09
2. O PLANO DE ESTUDOS INDIVIDUAL	11
3. ORIENTAÇÕES DO REGULAMENTO DE ORIENTAÇÃO DIDÁTICA - ROD	14
4. A QUEM SE DESTINA	17
5. O QUE DEVE CONTER NO PEI	19
6. A VALIAÇÃO NO PEI	24
7. MODELO DE FORMULARIO	26
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
9. REFERENCIAS	30

No ano de 2015 foi criado o novo Regulamento de Organização Didática (ROD) do IFCE e nele foi instituída como política de Progressão Parcial de Estudos (PPE), além da dependência, o Plano de Estudo Individual (PEI). O PEI é um plano que tem por objetivo dar condições aos discentes que não tenham logrado êxito em até três componentes curriculares não atrasarem seus cursos podendo ter uma dinâmica de estudos diferenciada de acordo com suas necessidades e deficiências de aprendizagem. Esta política tem caráter inovador na realidade do IFCE, pois as práticas pedagógicas, até então como podíamos observar, ainda se baseavam em critérios generalísticos que não nos permitiam entrever as características individuais dos discentes, em contraponto a esta proposta.

Segundo IFCEEMNUMEROS (2021), desde o ano de 2015, ano de implantação do PEI, ingressaram 3105 alunos novos em todas as modalidades de ensino, em particular, o curso técnico Integrado em Eletrotécnica recebeu 227 novos alunos neste período, tendo atualmente 1373 alunos matriculados. Neste mesmo período temos um universo de 603 alunos com situação de reprovação em alguma disciplina do curso técnico integrado em eletrotécnica. Esta quantidade de alunos perfaz um total de 43,92% de alunos matriculados em todos os semestres e que durante seu caminho escolar acabaram por não obterem sucesso em alguma disciplina e encontram-se em alguma situação de retenção escolar cursando dependência, PEI ou mesmo totalmente retidos com prejuízo à conclusão de seu curso em tempo normal.

No entanto a adoção dessa política levantou muitos questionamentos quanto a sua eficácia, quanto a maneira mais eficiente de implantá-la e efetuar-la, bem como quanto as motivações e possíveis consequências no que concerne o aproveitamento, o rendimento escolar e a aquisição consciente de conhecimento por parte dos alunos.

2. O PLANO DE ESTUDOS INDIVIDUAL

Nosso trabalho propõe refletir o fazer do Plano de estudos Individual e a partir disto contribuir para que os planos desenvolvidos no IFCE – Cedro possam refletir as necessidades dos alunos e cooperar para que os docentes possam elaborar seus planos de forma a tornar o trabalho pedagógico através do PEI mais eficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem e sucesso discente.

O ensino individualizado é o atendimento das diferenças individuais dos alunos, levando-se em conta: seu ritmo de aprendizagem seus interesses e motivações, seus conhecimentos prévios, seus estilos de aprendizagem. Normalmente é utilizado em termos de práticas de inclusão escolar, mas também vem sendo utilizado como ferramenta no combate à evasão e retenção escolar.

A evasão e a repetência se apresentam como problemas educacionais generalizados e suas razões se relacionam a múltiplos fatores de ordem política, ideológica, social, econômica, psicológica e pedagógica e à ausência de metodologias de ensino que incorporem e articulem os conhecimentos dos quais os alunos são portadores. (HADDAD, 2002).

A retenção escolar não é um resultado único e objetivo, mas que esconde muitas variáveis qualitativas que se relacionam com diversos atores educacionais (Professores, gestores, cultura familiar, aluno). É necessário haver uma mudança de paradigmas quanto ao tema reprovação e que esta mudança é um verdadeiro desafio a nível nacional quando se observa os índices de reprovação em todo percurso histórico das escolas. (SOUSA, 2016)

Nesse contexto a lei nº 9.394, de dezembro de 1996 estabelece que instituições que adotam a progressão regular por série podem admitir formas de PPA, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino (BRASIL, 1996, p.18)

A nível de IFCE, o Regulamento de Organização Didática - ROD, na Seção VI artigos 115 e 117 estabelece a adoção de regime de PPA na forma de dependência ou PEI para os alunos retidos em até dois

componentes curriculares. A forma de PPA, a qual o estudante deverá ser submetido, é definida pelo docente do componente curricular, em conjunto com o coordenador do curso e o conselho de classe, conforme norma estabelecida no artigo 34 da resolução CONSUP nº 035, de 13 de junho de 2016. Esta definição é formalizada levando-se em conta o processo de evolução do estudante, observado durante todo o período letivo, bem como as dificuldades apresentadas pelo discente. (ROD, 2015).

Apesar de não ter uma regulamentação a nível federal que torne obrigatório a utilização do PEI, a LDB orienta sobre a importância da individualização do ensino e que os sistemas de ensino devem providenciar ajustes necessários no contexto escolar para atender as necessidades dos alunos (BRASIL, 1996).

A individualização do ensino mesma não se trata de segregação do ensino ou da criação de um currículo a parte, mas de transpor as estratégias vinculadas ao ensino e à aprendizagem de forma que as necessidades educacionais individuais de cada sujeito possam ser atendidas de forma coerente. (PEREIRA, 2014)

Planejar personaladamente a educação é algo que nasce com a própria educação ocidental, sendo identificado metodologias de ensino personalizado dentro do movimento da Escola Nova, no final do século XIX, de forma que tal prática pode se configurar, inclusive, como uma evolução nos métodos educacionais. (TANNUS-VALADÃO E MENDES, 2018)

No PEI poderão ser traçadas as estratégias de intervenção que melhor se adequem ao aluno, pois neste instrumento estarão apresentadas informações sobre o desenvolvimento do estudante, suas potencialidades e dificuldades sendo uma promissora alternativa ao

oferecer, de forma clara, parâmetros a se atingir com cada aluno sem que isto seja encarado como algo na contramão das propostas curriculares do curso que o aluno está inserido. (VIANNA, SILVA E SIQUEIRA, 2011)

A utilização desta ferramenta ajuda o professor a conhecer melhor o seu aluno enfatizando o que ele sabe, o que precisa aprender emergencialmente, como será ensinado, que recursos devem ser utilizados e como melhor avaliá-lo. O PEI detecta o que o aluno já sabe fazer e o que ele ainda vai poder mostrar como caminho de crescimento, desta forma observa-se que este instrumento tem um enorme potencial de contribuição para a aprendizagem do aluno e para as metodologias. (GALERY E ALONSO, 2012)

Nos próximos capítulos vamos discorrer um pouco mais sobre o PEI e apresentar uma proposta de formulário para que o leitor possa ampliar seu entendimento desta ferramenta e sua elaboração no âmbito do combate a retenção escolar.

3. ORIENTAÇÕES DO REGULAMENTO DE ORIENTAÇÃO DIDÁTICA - ROD

O Regulamento de organização didática do IFCE disserta na sessão VI sobre a progressão parcial de estudos – PPE que é concedida àqueles discentes dos cursos técnicos integrados que não tiveram rendimento satisfatório em até duas componentes curriculares, podendo assim serem promovidos para o semestre ou ano seguinte.

No artigo 117 o ROD informa que a PPE pode ser oferecida como dependência ou PEI e no inciso 1º deste mesmo artigo detalha o entendimento do PEI para o IFCE

Ainda discorre no artigo 118 que a forma de PPE a qual o discente deverá ser submetido será definida pelo docente do componente curricular, em conjunto com o coordenador do curso ou conselho de classe, quando houver, e esta definição deverá ser feita no prazo compreendido entre o período letivo que se encerra e antes do início do período letivo seguinte. Neste caso, com a existência do conselho de classe em todos os cursos do IFCE esta definição, de preferência, deve acontecer no momento da reunião do conselho, entretanto não se excetua ocorrer a definição do PPE fora do conselho de classe por motivos superiores desde que seja feita pelo professor da disciplina junto ao coordenador de curso.

Neste mesmo artigo, no inciso 1º tem-se que para definir a forma de PPE deverá ser considerado o processo de evolução do

estudante, observado ao longo do período letivo e o grau de dificuldade de aprendizagem do estudante.

Quando o aluno for submetido a um PEI de uma disciplina que exige conteúdo prático, o artigo 121 preconiza que no plano obrigatoriamente deve ser informado a carga horária que será destinada às práticas e que esta carga horária deve ser considerada suficiente para que o estudante possa superar suas dificuldades de aprendizado.

Não há no ROD um detalhamento do que deverá conter no PEI, mas o artigo 122 obriga que se informem os conteúdos, a metodologia de acompanhamento que o docente irá utilizar, inclusive os tipos de atividades que serão utilizadas, a quantidade de encontros e os critérios e instrumentos avaliativos.

A aprovação do estudante, segundo o artigo 123 dever-se-á ocorrer mediante a constatação pelo docente de desempenho satisfatório e esta constatação pode ocorrer antes do término do período letivo, mas deve-se observar a carga horária prevista no plano. E em caso de necessidade, o artigo 124 traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução, desde que sejam observados os critérios estabelecidos no artigo que são.

- I. O discente demonstrar empenho ao longo do processo de PPE;
- II. A prorrogação ocorra no período letivo vigente;

No caso de haver prorrogação novas estratégias de ensino deverão ser estabelecidas, devem ser também definidos novos instrumentos avaliativos e os conteúdos deverão ser redefinidos caso tenha ocorrido avanço durante o processo.

4. A quem se destina

O ROD estabelece que os resultados de desempenho devem ser registrados no sistema acadêmico, o Plano Pedagógico do Curso deve apresentar as orientações sobre o PPE e estabelece que a coordenação de curso, junto com a CTP e o conselho de classe devem acompanhar os estudantes submetidos à PPE, além de apoiar o trabalho docente.

As informações do ROD, apesar de precisas, ainda deixam brechas de entendimento, por isto, este guia pretende auxiliar a melhorar este entendimento e sugerir um caminho de planejamento e execução que, caso adotado, possa melhorar a utilização desta ferramenta.

Uma grande dúvida que passa na cabeça de todo educador do IFCE é como definir se um aluno é candidato ao PEI. Longe de se analisar apenas notas de forma quantitativa, há de se observar o desenvolvimento, o desempenho, o comprometimento do discente durante todo semestre da disciplina em que ficou retido.

É importante fazer questionamentos básicos, tais como: As notas deste aluno refletem o seu interesse na disciplina? Como foi a participação do discente nas aulas e nas atividades? Quais foram os conteúdos em que apresentou maior dificuldade e por quê? Quais foram os conteúdos que conseguiu sucesso na aprendizagem e por quê? Este aluno passa por algum tipo de dificuldade social, pessoal ou familiar que tenha lhe impedido de ter tido um bom desempenho? O discente conseguiu se adequar a minha metodologia de ensino e/ou avaliação? Todos estes questionamentos estão de acordo com o que está exposto no ROD em seu artigo 118 inciso 1º.

ROD, Sessão VI - Artigo 118 - § 1º

Para definir a forma de PPE deverá ser considerado o processo de evolução do estudante, observado ao longo do período letivo e o grau de dificuldade de aprendizagem do estudante.

Percebe-se que é relevante conhecer o aluno e o seu andamento durante o semestre. E Aqui se chama a atenção para que se crie uma relação de confiança pedagógica entre o docente e o discente, pois isto favorece o entendimento e a expressividade do aluno, inclusive permitindo que ele explicita suas dificuldades durante o semestre.

Dito isto, afirma-se que é necessário ao professor, assim como ao coordenador e o conselho de classe analisar o caso de cada discente para determinar se o aluno é candidato ao PEI. Percebe-se que

5. O que deve conter no ROD

comumente são aqueles discentes que não obtiveram sucesso em uma parte do conteúdo por algum motivo, aqueles que se percebe o seu rendimento oscilando durante as etapas do semestre e percebe-se que o motivo desta oscilação pode ter sido externo e que refletiu em seus estudos, assim como àqueles a qual a metodologia utilizada durante o semestre não conseguiu alcançar sendo necessário uma nova abordagem.

É indispensável que ao fazer esta análise se observe a restrição que o ROD determina em relação à carga horária do PEI, pois está não pode exceder em 30% da carga horária normal da disciplina. Então neste momento é importante saber se o conteúdo a ser trabalhado é possível de sê-lo dentro desta carga horária, pois contrário a isto este aluno deve ser encaminhado à dependência.

Enfim, uma tarefa árdua, mas necessária para não ser injusto como os discentes e para poder implementar um PEI de qualidade e que venha a levar o discente no sentido da aprendizagem e da promoção escolar.

A partir dos dados coletados durante a pesquisa, das informações e visões diferentes de alunos, professores, técnicos em assuntos educacionais e pedagogos, pode-se perceber alguns pontos que são considerados importantes e que auxiliarão a elaborar o PEI.

A visão obtida permite dividir o PEI em três partes distintas: Diagnóstico de aprendizagem inicial, programa de conteúdos e estratégias e registros de acompanhamento. Cada uma destas partes deve ser observada com atenção e cuidado, pois elas têm desdobramentos e informações fundamentais para o bom andamento de um PEI.

O diagnóstico de aprendizagem inicial é uma ferramenta essencial para identificar o nível de domínio do discente nos conhecimentos, habilidades e competências da disciplina. Ela possibilita mapear tanto os pontos fortes quanto as dificuldades do aluno, funcionando como um verdadeiro diagnóstico. As informações fornecidas por essa ferramenta têm o propósito de orientar o planejamento do professor e auxiliar na escolha de intervenções pedagógicas adequadas, visando promover a melhoria dos pontos identificados como fracos. Além disso, a avaliação diagnóstica permite que o professor adapte suas abordagens e estratégias de ensino de acordo com as necessidades específicas de cada aluno, estimulando seu progresso e ajudando-o a alcançar níveis mais elevados de competência.

Ao se fazer este diagnóstico, o docente deve identificar as necessidades educacionais do aluno, detectar suas dificuldades e suas forças.

Para obtenção destas informações o docente deve levar em conta: o que já conhece do aluno; o seu andamento na disciplina durante o semestre em que foi retido; suas notas; sua frequência nas aulas; as dificuldades apresentadas em cada conteúdo

da disciplina; as dificuldades pessoais dentro de sala de aula que podem ter contribuído em sua desenvoltura;

Igualmente, sempre que necessário, pode-se buscar o apoio junto ao setor psicológico e pedagógico da instituição para contribuir na detecção de qualquer problema que possa ter impactado em seu aprender. Interessante também, neste momento, é trazer o discente para que ele também auxilie neste diagnóstico apontando suas dificuldades não apenas em relação a conteúdo, mas também a metodologia.

Aqui podemos ter uma grande dificuldade, pois o diagnóstico prevê o conhecimento prévio do aluno e foi levantado durante a pesquisa que já ocorreram vezes em que o professor que iria ministrar o PEI não era o

mesmo que ministrou a disciplina originaria da retenção. Este fato gera uma dificuldade de diagnóstico da aprendizagem inicial, mas pode ser contornado facilmente a partir da existência de um diálogo entre o novo docente e o aluno, criando um relacionamento de confiança pedagógica entre eles.

A realização de uma avaliação formal para diagnóstico não é recomendada, pois esse tipo de ferramenta pode ocultar o verdadeiro aprendizado do aluno, especialmente quando ele já se encontra em uma situação de fragilidade devido à retenção. Em vez disso, é aconselhável utilizar uma abordagem de avaliação mais subjetiva, por meio de diálogos relacionados à disciplina, gamificação ou outras metodologias que permitam compreender o universo de conhecimento

Tão importante quanto detectar as dificuldades será é detectar no que o aluno é bom, em que ele se identifica para facilitar o planejamento das estratégias educacionais que serão utilizadas durante a execução do PEI.

do aluno em relação à unidade curricular em questão. Dessa forma, é possível obter uma visão mais abrangente e autêntica de sua aprendizagem.

Uma abordagem de diálogo interessante seria, por exemplo, na disciplina de literatura, engajar o aluno em uma conversa informal sobre um determinado tema e utilizar essa conversa como uma oportunidade para observar o seu conhecimento, sem deixar explícito que se trata de uma avaliação formal:

Olá, Fulano! Estava refletindo sobre o modernismo e sua importância para a literatura brasileira. Você se lembra de termos discutido isso em sala de aula? Agora, estou tentando recordar os nomes dos autores cujas obras estudamos. Você consegue se lembrar de algum autor específico? Será que essas críticas à tradição eram mais presentes no modernismo ou no parnasianismo?

Dessa forma, é possível criar um ambiente descontraído e aberto para a troca de conhecimentos, permitindo ao professor avaliar o nível de compreensão do aluno sem gerar pressão ou expectativas excessivas.

Após realizar o diagnóstico, torna-se possível desenvolver um programa de conteúdos a serem abordados, juntamente com as estratégias a serem utilizadas. Nessa etapa, é crucial tomar cuidado para evitar a repetição de métodos que se mostraram ineficazes, a fim de garantir o progresso contínuo do aluno.

É nesse momento que surgem oportunidades para enriquecer o ensino com a utilização de recursos didáticos diversificados, como materiais interativos, gamificação, tecnologias educacionais e abordagens diferenciadas, como a aprendizagem baseada em projetos ou por meio de problematizações. Além disso, é essencial criar um ambiente de aprendizagem acolhedor, que valorize a participação ativa

do aluno, o diálogo, o respeito às diferenças e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

As estratégias mencionadas anteriormente desempenham um papel fundamental ao fornecer os recursos necessários para que o aluno obtenha sucesso em alcançar os objetivos de aprendizagem propostos no PEI. Nesse sentido, as estratégias adotadas devem ser cuidadosamente selecionadas e implementadas, de modo a promover o engajamento, a motivação e o progresso acadêmico do discente. Ao adotar tais estratégias, os professores contribuirão para que os discentes tenham um maior aproveitamento das atividades propostas, potencializando suas habilidades e competências, e promovendo o desenvolvimento integral do aluno.

É fundamental ressaltar que a implementação eficaz dessas estratégias requer uma constante reflexão e avaliação por parte dos educadores, a fim de adaptá-las às necessidades individuais do aluno, estimulando seu crescimento e favorecendo a consecução dos objetivos de aprendizagem estabelecidos no PEI.

Os registros de acompanhamento servirão como relatórios onde o docente, a coordenação de curso e a CTP poderão observar o andamento e a evolução do discente. As informações colocadas nestes registros deverão contemplar não apenas os conteúdos trabalhados no encontro, mas também as metodologias utilizadas, materiais, dificuldades encontradas, pistas de evolução do aprendizado do aluno, entre outras informações que podem auxiliar no entendimento dos aspectos práticos do PEI.

Estes registros servirão como um “diário de bordo”, pois além de fornecer as informações do que foi feito durante o encontro, irão

conter as impressões do docente sobre o andamento do encontro com riquezas de informações que o simples registro em diário não contém.

É algo importante que tais registros sejam feitos, haja vista que, como afirma Machado (2021), o ato de escrever traz consigo a reflexão. E, apesar de aparentar ser um registro pessoal, com uma natureza e estrutura flexível, ele deve apresentar elementos imprescindíveis para que não ocorra de ser apenas um registro descritivo e sem nenhuma reflexão sobre as ações e seus possíveis resultados.

Inicialmente deve-se refletir em quais objetivos deveriam ser alcançados com a aula, igualmente verificar se as estratégias utilizadas na aula conseguiram auxiliar o aluno e quais mudanças podem ser feitas. Importante também é refletir se as atividades foram adequadas, se será preciso rever ou reforçar o assunto. Deve-se também inferir sobre os fatores que auxiliaram ou atrapalharam a condução do encontro, quais questionamentos surgiram e como o discente interagiu durante toda a atividade.

Claro que não se pode esperar que o registro seja apenas uma série de perguntas e respostas, mas devido a seu caráter reflexivo/narrativo, ele deve ser construído de forma a facilitar a análise da prática para construir um caminho de aprendizado consistente ao aluno.

6. A AVALIAÇÃO NO PEI

A avaliação do PEI não contempla apenas o aspecto de avaliar o discente, mas também da autoavaliação do plano e de seu desenvolvimento.

A avaliação do discente segue o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), no seu artigo 24, inciso V, alínea “a” e, de acordo com o ROD, os resultados de desempenho do estudante deverão ser registrados no sistema acadêmico, mas, pelo seu caráter maleável, o docente tem a liberdade de escolher quais os melhores métodos para se avaliar o discente.

LDB 9394/96. Art. 24, Inc. V, alínea “a”

avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

É importante ressaltar que, parafraseado LUCKESI (2005), a avaliação são meios e não fins. A avaliação em si é traduzida como prática pedagógica e deve proporcionar ao discente demonstrar o seu desenvolvimento e sua aprendizagem e procurar auxiliá-lo a suplantar suas dificuldades. Ainda mais quando se trata de uma avaliação num plano que objetivo combater a retenção escolar esta visão tem que estar intrínseca à prática.

Não se proíbe a execuções das provas tradicionais, mas se encoraja a busca de novos métodos de avaliação que possam trazer uma visão qualitativa da aprendizagem, não apenas quantitativa, pois desta forma o docente pode apenas repetir uma fórmula ultrapassada e que pode ter sido causa auxiliar de retenção. E aqui retomamos a visão da importância do diagnóstico para determinar as melhores estratégias para se trabalhar com o discente.

O segundo e não menos importante aspecto da avaliação no PEI trata-se da autoavaliação, isto é ponderar sobre a efetividade e eficiência do PEI para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos.

Se avalia vários aspectos desde a abordagem para exposição do conteúdo que foi utilizada até a interação do discente, exercícios e formas de avaliação. Pode-se usar perguntas norteadoras desta reflexão como A exposição do conteúdo foi clara? Quais materiais e técnicas foram utilizadas? Estes materiais se mostraram adequados e contribuíram para a aprendizagem? Qual o tempo médio utilizado nas reuniões para exposição do conteúdo? Esse tempo foi suficiente? O discente conseguiu entender? O objetivo da aula foi alcançado? O aluno interagiu ou fez questionamentos? O estudante se mostra motivado? O exercício, projeto, trabalho ou avaliação foi adequado? O aluno demonstrou dificuldades em resolver/executar as atividades?

Esta autoavaliação deve ser contínua e ao fim de toda reunião de forma a promover as alterações pedagógicas e metodológicas necessárias com o fito de se alcançar os objetivos de aprendizagem do PEI. Inclusive o ROD determina a possibilidade de prorrogação do PEI e nestes casos, a autoavaliação será uma ferramenta preciosa para que sejam estabelecidas novas estratégias para se conseguir obter sucesso com o plano.

Avaliar não é um trabalho fácil, mas um ato contínuo que demanda tempo, atenção e dedicação. Sabemos as dificuldades relacionadas a alta carga laboral dos servidores docentes do IFCE que demandam atenções não apenas para o ensino técnico integrado, mas igualmente ao ensino superior e pós graduação, entretanto, apenas com esse olhar cuidadoso podemos afirmar que o PEI poderá ser construído e executado com sucesso.

7. Modelo de Formulário

Plano de Estudos Individual - Diagnóstico de Aprendizagem Inicial	
Aluno:	Matrícula
Curso:	Disciplina:
Professor:	
Quais as notas do aluno na disciplina no semestre que ficou retido? <i>(coloque cada nota e se possível especifique qual foi a origem dela e qual o conteúdo abordado na atividade que a originou)</i>	
Frequência: <i>(Coloque aqui a quantidade de faltas do aluno)</i>	
Comportamento: <i>(Descreva aqui o comportamento do aluno em sala, se era participativo, apático, se demonstrava interesse, se respondia todas as atividades, se saía demais da sala, seu relacionamento com os colegas durante a aula e outras informações pertinentes que possam ajudar a compreender o aluno e sua relação com a disciplina)</i>	
Outras informações: <i>(Escreva aqui outras informações pertinentes extra-classe se houver. Essas informações podem ser obtidas com a CTP)</i>	
Conteúdos que necessitam ser trabalhados:	
Cedro, CE, _____ de _____ de 20____	
_____ Docente da disciplina	_____ Coordenação de Curso

Plano de Estudos Individual – Programa de Conteúdos		
Aluno:	Matrícula:	
Disciplina:	Curso:	Quant. de Encontros:
CH total:	CH destinada a práticas:	CH de cada encontro:
Professor:		
1. Conteúdo programático		
2. Metodologia		
3. Formas de avaliação		
4. Cronograma		
Cedro/CE, _____ de _____ de 20____		
_____ Docente da disciplina	_____ Coordenação de Curso	

8. Considerações Finais

Plano de Estudos Individual – Relato de Aula	
Aluno:	Matrícula:
Disciplina:	Curso:
Data da Aula: ____/____/____	Horário da aula: _____ às _____
Professor:	
1. Conteúdo Estudado	
2. Procedimentos adotados	
3. Observações sobre o progresso e/ou dificuldades do discente	
Cedro/CE, _____ de _____ de 20____	
_____ Docente da disciplina	

A elaboração de um PEI se demonstra um desafio e uma vereda inovadora para muitos docentes, bem como a sua execução. Observa-se que não é um ato de ator único, mas um desvelar de várias realidades que necessitam de um olhar profundo sobre as situações discentes, as nuances de sua vida estudantil, e de suas características interpessoais que inferem diretamente em seu processo de aprendizagem.

O PEI é uma prática curricular que não pode ser dissociada das demais práticas curriculares da escola. Seguindo a perspectiva da abordagem histórico-cultural, ele se manifesta como um resultado do processo de objetivação da cultura e do compartilhamento das ações individuais. Dessa forma, ele é definido como uma prática coletiva, histórica e cultural que é concebida levando em consideração o contexto do sujeito para quem e com quem se planeja. (MELLO, 2019)

O Sucesso de sua implementação está intrinsecamente ligada a observância de práticas que aqui são descritas, mas que não prendem o fazer pedagógico do docente a um caminho único, pelo contrário, permite que sejam traçados nortes que poderão guiar aluno e professor num caminho de aprendizagem com o objetivo de recuperar e alcançar as metas de aprendizagem que são traçadas. É importante frisar que todo conteúdo deste manual é fruto de uma pesquisa com participação massiva de vários atores do processo educacional e busca dar voz aos anseios destes promovendo um meio para orientar e auxiliá-los no caminho do êxito na aprendizagem.

Não se pretende exaurir todas as possibilidades com este manual, mas apresentar um caminho, uma fonte de conhecimentos e métodos que demonstram serem necessários para elaboração e execução do PEI. Ademais que este material possa gerar reflexões e fomentar o surgimento de novas formas e metodologias que auxiliem na realidade da progressão parcial de estudos.

9. Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional. Brasília, 1996.

GALLERY, Augusto Dutra e ALONSO, Daniela. Caso Escola Alexandre Bacchi. As contribuições do paradigma da educação inclusiva nas práticas de sala de aula. Guaporé, Rio Grande do Sul, Brasil. Acervo de casos do projeto “Diversa”. Rev.: Mar/2012. Disponível em: http://www.diversa.org.br/uploads/arquivos/caso_alexandre_bacchi_vf.pdf. Acesso em 14 de julho de 2021, v. 20.

HADDAD, Sérgio. Educação de jovens e adultos no Brasil: 1986-1998. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: visão geral. In: Entrevista concedida ao Jornalista Paulo Camargo, por ocasião da Conferência: Avaliação da Aprendizagem na Escola, Colégio Uirapuru, Sorocaba, SP. 2005.

MACHADO, Karina. Os instrumentos de registro do trabalho pedagógico e a avaliação da aprendizagem: o papel do coordenador pedagógico. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

PEREIRA, Débora Maria. Análise dos Efeitos de um plano Educacional Individualizado no Desenvolvimento Acadêmico e Funcional de um aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.

ROD. Regulamento da Organização Didática. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. - Fortaleza, 2015.

SOUZA, Patrícia de Sá dias. A reprovação e seus fatores no primeiro ano dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2016.

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela e MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação [online]. 2018, v. 23 [Acessado 13 Julho 2021] , e230076. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230076>>.

VIANNA, Márcia Marin; SILVA, Suzanli Etef; SIQUEIRA; Carla Fernanda de Oliveira. Plano Educacional Individualizado- que ferramenta é esta? In: VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina de 08 a 10 de novembro de 2011, p. 2824- 2835.